



RMA – Relatório Mensal de Atividades

GRUPO SEDMAR

Outubro de 2017

Processo: **0010738-87.2014.8.16.0017**





SUMÁRIO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES 3

1. ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL..... 4

2. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL 5

3. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS 6

PRINCIPAIS FORNECEDORES 7

PRINCIPAIS CLIENTES 8

MEDIDAS IMEDIATAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE..... 8

4. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS 10

5. BALANÇO PATRIMONIAL 11

6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO..... 13

7. ÍNDICES FINANCEIROS 14

8. CRONOGRAMA PROCESSUAL..... 20

ANEXO I – ÍNDICES FINANCEIROS 21

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/ - Identificador: P.JYBE 3QXTH LVZG6 9SABR



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

REFERÊNCIA: MÊS 10 / 2017

Processo: 0010738-87.2014.8.16.0017

Recuperandas: Nilo Transportes Rodoviários Ltda-EPP

Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda

Taimer Transportes Aéreos e Rodoviários Maringá Ltda

Administrador Judicial: MARCIO ROBERTO MARQUES

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao juiz, para a devida juntada nos autos de recuperação judicial, faz parte do rol de deveres do administrador judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de **outubro de 2017**, disponibilizadas pelas Recuperandas por meio do escritório contábil denominado **ACN Contadores** (representado pelo contador Aurélio Azevedo Miranda—CRC/PR 046253/0-2), devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pelo Administrador Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial.

P á g i n a 3 | 25

marcio@marquesadmjudicial.com.br | www.marquesadmjudicial.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho, nº 625, Sala 906, Edifício New Tower Plaza - Torre II

Zona 01 - Maringá/PR - CEP: 87020-015 | (44) 3226.2968 / (44) 9 9712.4544



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJYBE 3QXTH LVZG6 9SABR

1. ATIVIDADES DA ADMINISTRADORA JUDICIAL

O administrador judicial é um auxiliar da justiça detentor da confiança do juiz, que presta compromisso perante o juízo, e ao assumir suas funções se compromete a exercer bem e fielmente, sem dolo ou malícia, o cargo que lhe fora confiado. Na recuperação judicial, pode-se afirmar que o principal dever do administrador judicial consiste na fiscalização das atividades do devedor e do cumprimento do plano de recuperação judicial. Contudo a Lei 11.101/2005 ainda relaciona uma série de outras atribuições a este profissional ao longo do processo de recuperação judicial.

Desta forma, apresenta-se as principais atividades desenvolvidas por este Administrador Judicial no período sob análise:

- Realização de contato junto as empresas, visando acompanhar os pagamentos do Plano de Recuperação Judicial;
- Recebimento e análise dos comprovantes de pagamentos realizados, de acordo com o Plano de Recuperação Judicial;
- Análise dos demonstrativos contábeis apresentados pelas Recuperandas;
- Elaboração do RMA – Relatório Mensal de Atividades;
- Elaboração e juntada nos autos (mov. 3416.1) do **1º Relatório Periódico sobre o Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial**, informando a situação atual das Recuperandas em relação ao cumprimento do plano;
- Manifestações em processos relacionados com a Recuperação Judicial, tais como habilitações de créditos e demais ações em que são solicitadas manifestações do administrador judicial;

Este Administrador Judicial informa que possui como procedimento habitual a realização de visitas periódicas às instalações das Recuperandas, reunindo-se com os representantes legais, gestores e colaboradores das empresas, visando a verificação de suas atividades *in loco*. Contudo, por se tratar de transportadora, quase sempre os pátios encontram-se vazios, segundo as informações prestadas pelos colaboradores e representante legal das empresas, **sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005**. Desta forma, age com toda a cautela e prudência para cumprir suas atribuições de fiscalização das atividades do devedor, previstas no art. 22, II, da Lei 11.101/2005.



2. ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

Conforme já mencionado nos relatórios anteriores, o processo de Recuperação Judicial atualmente encontra-se em fase de cumprimento do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas, sendo que os pagamentos foram iniciados após o período de carência previsto no referido plano. Sobre o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, já foi apresentado nos autos, relatório específico por este administrador judicial (mov. 3416.1), visando apresentar de maneira transparente todos os pagamentos realizados até o momento, bem como sua consonância com o previsto no referido plano.

Além dos autos de recuperação judicial, tramitam ou tramitaram neste juízo, contra as Recuperandas, outras ações relacionadas, sendo:

- Processo: 0012788-81.2017.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Edmilson Lima da Silva – Situação: ATIVO
- Processo: 0006413-64.2017.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Benjamim da Silva Matricardi – Situação: ATIVO
- Processo: 0027444-77.2016.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Auto Posto Fonte Luminosa Ltda – Situação: ATIVO
- Processo: 0007955-54.2016.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Baltazar Aparecido Rocha – Situação: ATIVO
- Processo: 0007422-95.2016.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Claro S.A. – Situação: ATIVO
- Processo: 0013214-64.2015.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Alex Sandro M. S. Marin/Arthur S. Marin (representado por Sirlene da Silva Marin) – Situação: ATIVO
- Processo: 0023304-97.2016.8.16.0017 - Habilitação de Crédito - Pemaza S/A – Situação: ATIVO
- Processo: 0004844-96.2015.8.16.0017 - Impugnação de Crédito – Promovido pelas Recuperandas - Situação: ARQUIVADO
- Processo: 0007509-85.2015.8.16.0017 - Habilitação de Crédito – Banco Santander (Brasil) S.A. – Situação: ARQUIVADO

Por fim, informa que pende de julgamento no TJPR, o Agravo de Instrumento nº 1.674.902-9, interposto contra decisão proferida por este Juízo nos autos de recuperação judicial, que indeferiu pedido feito pelas Recuperandas para que se reconheça a competência do Juízo Universal para tratar de questões que ofendam a eficácia do Plano de Recuperação Judicial e, por consequência, sobrestar os efeitos da decisão que declarou a inidoneidade das agravantes, permitindo a renovação dos contratos firmado com os Correios (mov. 3038.1 - fls. 32/33-TJPR).



3. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

Sobre as Recuperandas

A Recuperanda Sedmar Serviços Especializados e Transportes Maringá Ltda., foi constituída em 24 de junho de 1976, na cidade de Maringá, estado do Paraná, tendo como objetivo a prestação de serviços de transporte urbano de carga, encomendas e correspondências. Os sócios fundadores permaneceram na empresa até a data de 10 de junho de 1999, quando a venderam para os atuais sócios. Ao longo deste período foram realizadas várias alterações contratuais que visaram tanto a elevação do capital social da empresa, quanto a ampliação e adequação do seu ramo de atividade. Ao longo de sua existência o seu objeto social sempre esteve direcionado ao transporte rodoviário de malotes, pacotes, encomendas, de pessoas, locação de veículos e terceirização de mão de obra.

Desde que adquiriram a empresa os atuais sócios empreenderam grandes esforços que resultaram em forte crescimento de suas atividades. Com experiências acumuladas e as oportunidades que o mercado oferecia, decorrentes de novas estratégias de logísticas implementadas por empresas públicas e privadas, passaram a atuar fortemente na terceirização de frotas, especialmente para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ECT.

No ano de 2002 foi fundada a empresa Taimer Transportes Aéreos e Rodoviários de Maringá Ltda. No ano de 2009 foi constituída a empresa Nilo Transporte Rodoviário Ltda., com objeto social de prestar serviços de transporte rodoviário de cargas em geral, materiais embalados, soltos, secos e a granel, malotes e encomendas. A exemplo das demais, atua na terceirização de frota para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Atuando como grupo econômico conseguiu bons níveis de produtividade, somando experiência e credibilidade, o que resultou em vantagens competitivas nos certames licitatórios que disputou, propiciando a consolidação de uma carteira de contratos cujos valores ultrapassaram a cifra de sessenta milhões de reais. Contudo, a história de sucesso foi interrompida em meados do ano de 2012, quando os sócios foram ludibriados por um pretense interessado em adquirir a empresa. Tal pretendente foi ganhando a confiança dos sócios e, em alguns meses, passou a intervir diretamente na gestão da empresa, argumentando que o amplo conhecimento das operações da empresa e a expansão do seu faturamento seria elemento crucial para a concretização do negócio.



Demonstrando despreparo para atuar como gestor e total desconhecimento quanto aos critérios elementares da tomada de decisão de investimento, o pretense adquirente provocou grave e crescente processo de endividamento da empresa, que resultou em sua inviabilidade financeira que, por consequência, comprometeu sua sustentabilidade operacional.

Razões da crise econômico-financeira

As principais razões da crise econômico-financeira teve como causa a conjugação de eventos adversos que comprometeram sua capacidade auferir lucro, tais como: i) transferência da gestão da empresa a pretense comprador, que agindo de má fé comprometeu todo o seu ciclo operacional e sua capacidade de pagamento; ii) aumento crescente do endividamento, com a rolagem da dívida; iii) substituição de todo o quadro de colaboradores do setor administrativo e financeiro; iv) gestão financeira deficiente; v) falta de planejamento e critérios para a definição do capital de giro necessário para atender todo o ciclo operacional; vi) desequilíbrios recorrentes do fluxo de caixa; vii) elevados encargos financeiros; viii) fragilidade nas negociações com os bancos, que lhe impuseram comprometimento mensal de suas receitas em patamares superiores aos que poderia suportar; ix) procedimentos administrativos deficientes; x) inexistência de sistema de informações gerenciais, dificultando as análises do negócio; xii) disputas pessoais internas.

Por outro lado, as Recuperandas possuíam, e ainda possuem parcialmente, receitas que decorrem de contratos firmados com a Empresa Brasileira de Correios Telégrafos. Contudo, o suposto descumprimento de contratos alegado pelos Correios, ocasionou a rescisão e não renovação de alguns contratos, comprometendo o faturamento do grupo. Em decorrência desta queda de faturamento, a situação financeira da empresa agravou-se nos últimos meses, bem como gerou um elevado número de demissões. Salienta-se que as empresas não demonstram a existência de outras fontes de faturamento, ou seja, operam basicamente com os contratos firmados com os CORREIOS.

Informa que as informações operacionais foram obtidas através de contato do Administrador Judicial com representantes e colaboradores das Recuperandas, bem como por documentos e processos por estes noticiados.

PRINCIPAIS FORNECEDORES

Os principais fornecedores das Recuperandas no período foram:

- 1) Posto Amanefiral Ltda;
- 2) Pupin Comb. E Lubr. Ltda;
- 3) E. R. J. Carvalho-ME;



- 4) Benicio Auto Center Com. De Baterias Ltda;
- 5) Casa do Soldador Ltda;
- 6) Comércio de Combustíveis Água Boa Ltda;
- 7) Bolanho Pneus Ltda-Mga 2;
- 8) Benicio Auto Peças Ltda-ME;
- 9) Anderson Viana de Oliveira-ME;

PRINCIPAIS CLIENTES

O principal e único cliente das Recuperandas no período foi:

- 1) Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos – ECT

MEDIDAS IMEDIATAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

Medidas adotadas:

Permanecem as principais medidas adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas, consistentes em:

- Redução do quadro de funcionários;
- Contratação de assessoria jurídica;
- Negociações emergenciais com alguns fornecedores em momentos de insuficiência de caixa;
- Reintrodução do controle do fluxo de caixa, porém com precariedade de recursos financeiros.

Além das medidas emergenciais que já foram tomadas, constata-se que a viabilidade econômica e financeira da empresa está condicionada a implementação das seguintes medidas que se impõem:

- Ampliação **URGENTEMENTE** das receitas por meio de novas contratações, sejam no âmbito público ou privado. Salienta-se que outras formas de atuação deverão ser consideradas pelas Recuperandas, que poderão aproveitar seu *know-how* e sua capacidade logística para atuarem como transportadoras em outros segmentos do mercado de transporte de cargas;



- Maior aproveitamento e melhoria na gestão da frota. Isso significa empreender esforços para o pleno aproveitamento de todos os veículos disponíveis na frota;
- Redução de custos e despesas das empresas;

Principais dificuldades enfrentadas:

- As Recuperandas passam por momentos de extrema dificuldade, tendo em vista que a decretação de inidoneidade pelos Correios, nos autos de Processo Administrativo NUP 53101.005791/2015-87, impossibilitaram a revalidação dos contratos 020/2013 e 021/2013, ou qualquer outra contratação junto aos CORREIOS. Assim, caso as Recuperandas não obtenham sucesso nas vias judiciais quanto ao sobrestamento da decretação de inidoneidade, e, conseqüentemente não forem renovados tais contratos com os Correios, a situação certamente se tornará bem mais crítica, pois esta é a principal fonte de faturamento das Recuperandas.
- Dificuldade em obtenção de novas contratações para ampliação das receitas, seja no âmbito público ou privado;



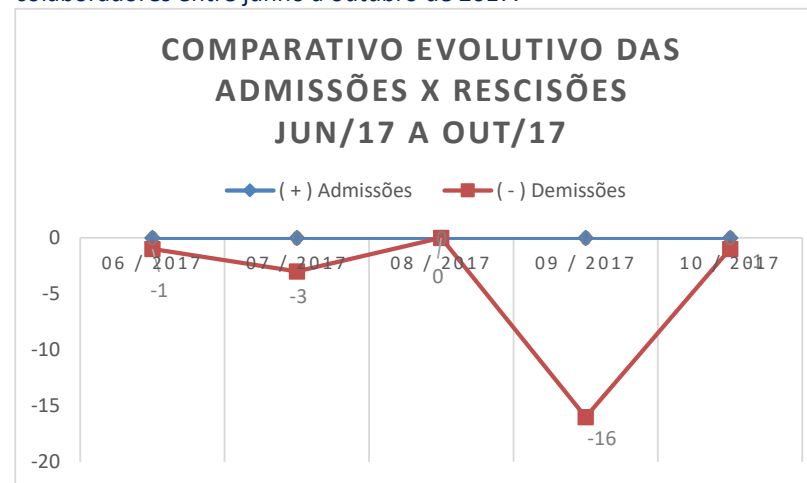
4. QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

FUNCIONÁRIOS	09/2017	10/2017
Quantidade Inicial	31	15
(+) Admissões	0	0
(-) Demissões	16	1
Total de Funcionários	15	14
Variação		-6,67%

Fonte: SEDMAR – Outubro de 2017.

As Recuperandas apresentaram a posição do quadro de funcionários referente ao mês de outubro de 2017 onde verificamos uma redução de **6,67%** dos colaboradores, equivalente a **01 demissão** no período.

Verificamos que as Recuperandas apresentam uma média de demissões (04), não havendo admissões nos últimos meses, repercutindo na redução de 21 colaboradores entre junho a outubro de 2017.



5. BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial das Recuperandas em outubro/2017. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	set-17	out-17	Variação	Ref.
ATIVO				
Circulante				
Disponível	124.782,37	124.887,78	0,1%	
Clientes	85.000,00	85.000,00	0,0%	
Outros Créditos	32.377.784,12	32.433.627,12	0,2%	
	32.587.566,49	32.643.514,90	0,2%	
Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo	210.361,61	210.361,61	0,0%	
Imobilizado	17.225.121,03	17.225.121,03	0,0%	
	17.435.482,64	17.435.482,64	0,0%	
TOTAL DO ATIVO	50.023.049,13	50.078.997,54	0,1%	



GRUPO PATRIMONIAL (valores em R\$)	set-17	out-17	Variação	Ref.
PASSIVO				
Circulante				
Instituições Financeiras	10.931.551,34	10.931.551,34	0,0%	
Empréstimos Particulares	29.106.658,72	29.410.835,72	1,0%	
Fornecedores	1.035.805,83	1.045.599,77	0,9%	
Obrigações Tributárias	514.615,26	515.371,65	0,1%	
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	1.372.167,30	1.242.476,96	-9,5%	
Outras Obrigações	943.819,81	937.951,57	-0,6%	
Dividendos, Participações, Juros s/Capital Próprio	2.269.736,76	2.269.736,76	0,0%	
Recuperação Judicial	21.016,52	14.724,32	-29,9%	
	46.195.371,54	46.368.248,09	0,4%	
Não Circulante				
Obrigações a Longo Prazo	14.087.778,91	14.087.778,91	0,0%	
	14.087.778,91	14.087.778,91	0,0%	
Patrimônio Líquido				
Capital Social	10.400.000,00	10.400.000,00	0,0%	
Reserva de Lucros	241.478,49	241.478,49	0,0%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-20.901.579,81	-21.018.507,95	0,6%	
	-10.260.101,32	-10.377.029,46	1,1%	
TOTAL DO PASSIVO	50.023.049,13	50.078.997,54	0,1%	



6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), foi elaborada com base no balancete mensal fornecido pelas Recuperandas, para o mês de outubro de 2017. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	set/17	out/17	Variação	Ref.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	121.524,21	15.634,20	-87,1%	
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	-12.334,71	-1.586,87	-87,1%	
IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS	-12.334,71	-1.586,87	-87,1%	
(+) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	0,00	0,0%	
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	109.189,50	14.047,33	-87,1%	
(-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS	-117.160,03	-24.446,90	-79,1%	
(=) LUCRO BRUTO	-7.970,53	-10.399,57	30,5%	
(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS	-142.661,58	-104.921,26	-26,5%	
DE VENDAS	0,00	0,00	0,0%	
ADMINISTRATIVAS	-106.567,28	-103.138,57	-3,2%	
COM VEÍCULOS	-3.255,97	-489,50	0,0%	
DESPESAS FINANCEIRAS	-3.297,06	-936,77	-71,6%	
DESPESAS TRIBUTARIAS	-29.541,27	-356,46	-98,8%	
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,04	0,0%	
(=) LUCRO OPERACIONAL LIQUIDO	-150.632,11	-115.320,83	-25,7%	
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	-4.605,71	0,00		
RESULTADO ANTES DA CS E IR	-155.237,82	-115.320,83	-25,7%	
PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,0%	
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,0%	
(=) LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	-155.237,82	-115.320,83	-25,7%	



7. ÍNDICES FINANCEIROS

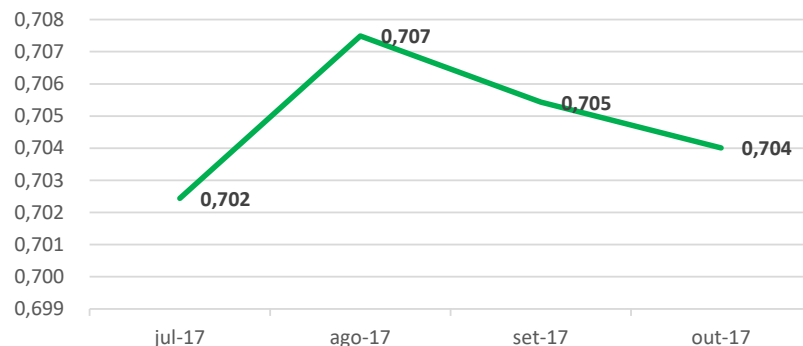
Apresentamos os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade das Recuperandas. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez

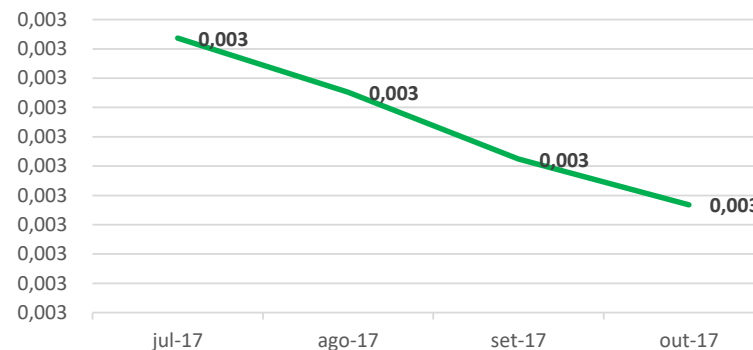
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	Índice	set-17	Índice	out-17	Índice
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	0,707	32.587.566,49	0,705	32.643.514,90	0,704
	Passivo Circulante		46.195.371,54		46.368.248,09	
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	0,003	124.782,37	0,003	124.887,78	0,003
	Passivo Circulante		46.195.371,54		46.368.248,09	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	0,832	50.023.049,13	0,830	50.078.997,54	0,828
	Passivo Circulante + Não Circulante		60.283.150,45		60.456.027,00	



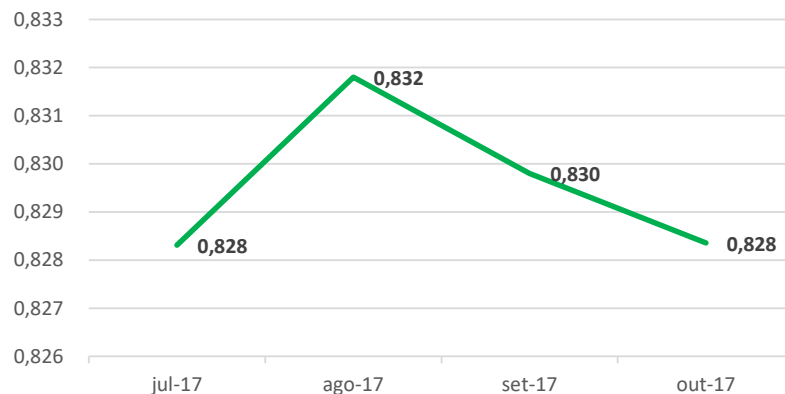
Liquidez Corrente



Liquidez Imediata



Liquidez Geral

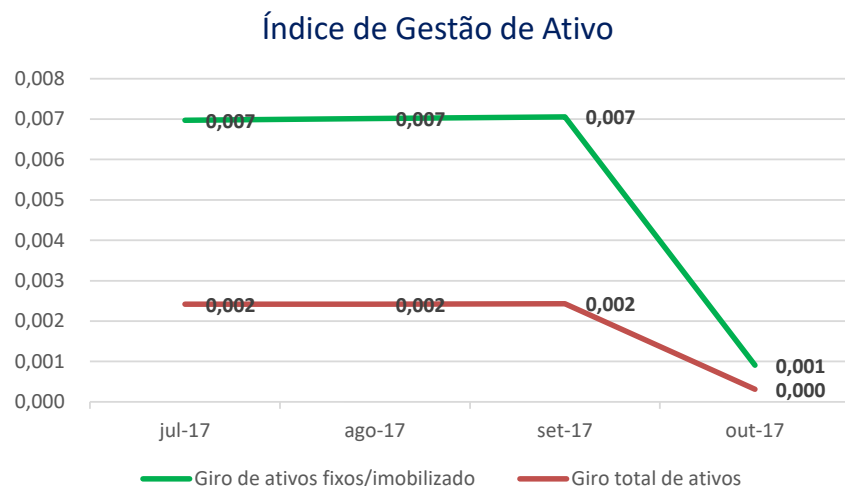


Em outubro/2017 as Recuperandas apresentaram redução em praticamente todos os índices em relação ao mês anterior: **Liquidez Corrente (-0,2%)**, **Liquidez Geral (-0,2%)** e **Liquidez Imediata (-0,3%)**.



Índice de gestão de ativo

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	Índice	set-17	Índice	out-17	Índice
Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	0,007	121.524,21	0,007	15.634,20	0,001
	Ativo Imobilizado		17.225.121,03		17.225.121,03	
Índice de giro total de ativos	Receitas	0,002	121.524,21	0,002	15.634,20	0,000
	Ativo		50.023.049,13		50.078.997,54	



As Recuperandas apresentaram redução considerável nos índices de **Giro de Ativos Fixos e Giro Total de Ativos** equivalente a **-87%** para cada índice se comparado ao mês de setembro /2017.



Índice de gestão de dívida

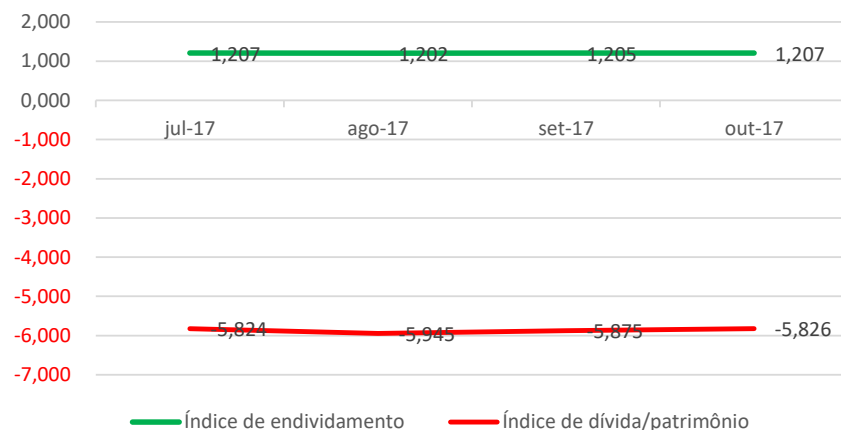
INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	Índice	set-17	Índice	out-17	Índice
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	1,202	60.283.150,45	1,205	60.456.027,00	1,207
	Ativo		50.023.049,13		50.078.997,54	
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	-5,945	60.283.150,45	-5,875	60.456.027,00	-5,826
	Patrimônio Líquido		-10.260.101,32		-10.377.029,46	

Nos últimos meses as Recuperandas apresentaram índices de Gestão da Dívida com resultados ruins, contudo peculiares a situação de empresas em RJ.

Verifica-se uma piora nos índices de Endividamento ao longo do tempo e, quando comparado os meses de julho/2017 a outubro/2017, verifica-se que essa tendência se mantém.

O Índice de Dívida/Patrimônio, apresentou no período uma redução de **0,8%**, demonstrando uma redução do passivo das Recuperandas em relação ao seu Patrimônio Líquido.

Índice de Gestão de Dívida

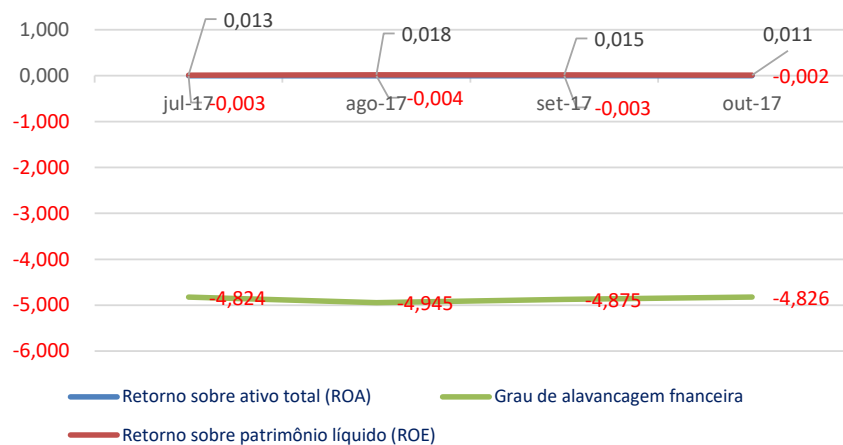


Índice de lucratividade e rentabilidade

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	Índice	set-17	Índice	out-17	Índice
Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	-1,492	-155.237,82	-1,277	-115.320,83	-7,376
	Receita de Vendas		121.524,21		15.634,20	
Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	-1,492	-155.237,82	-1,277	-115.320,83	-7,376
	Receita de Vendas		121.524,21		15.634,20	
Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	0,314	-7.970,53	-0,073	-10.399,57	-0,740
	Receita Operacional Líquida		109.189,50		14.047,33	
Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-0,004	-155.237,82	-0,003	-115.320,83	-0,002
	Ativo		50.023.049,13		50.078.997,54	
Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	-0,004	-155.237,82	-0,003	-115.320,83	-0,002
	Ativo		50.023.049,13		50.078.997,54	
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	0,018	-155.237,82	0,015	-115.320,83	0,011
	Patrimônio Líquido		-10.260.101,32		-10.377.029,46	
Grau de alavancagem financeira	ROE	-4,945	0,015	-4,875	0,011	-4,826
	ROA		-0,003		-0,002	



Índice de Lucratividade e Rentabilidade



Avaliando os índices de lucratividade e rentabilidade das Recuperandas, verificamos que a exemplo dos meses anteriores, em outubro/2017 os resultados apresentados não são bons, demonstrando resultados negativos para praticamente todos os meses.

Quanto ao índice de Retorno sobre o PL (ROE), ressalta-se que este se apresenta positivo devido ao PL das Recuperandas estar negativo.

Com base neste resultado, é salutar mencionar a necessidade de as Recuperandas buscarem a melhora dos seus resultados com vista a obtenção do planejamento de RJ inicial e dentro dos prazos estipulados.



8. CRONOGRAMA PROCESSUAL

Segue o resumo das principais movimentações do processo de Recuperação Judicial do Grupo Sedmar, ocorridos no período:

02/10/2017 - Mov. 3413.1 - Manifestação Recuperandas – Juntada DRE 08/2017.

13/10/2017 - Mov. 3414.1 - Manifestação Administrador Judicial – Juntada de RMA mês 07/2017.

16/10/2017 - Mov. 3415.1 - Manifestação Recuperandas – Juntada de comprovantes de pagamento credores quirografários até R\$ 40.000,00. Juntada de comprovante de pagamento das parcelas 1 a 4 composição Baltazar Aparecido Rocha.

18/10/2017 - Mov. 3416.1 – Manifestação Administrador Judicial – Juntada do 1º Relatório Periódico sobre o Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial.

31/10/2017 - Mov. 3419.1 - Manifestação Recuperandas – Juntada DRE 09/2017.

Fonte: Processo nº 0010738-87.2014.8.16.0017

Apresenta-se a seguir, as próximas providências e eventos futuros no processo de Recuperação Judicial:

- Continuidade dos pagamentos pelas Recuperandas dos credores da Classe III - Credores Quirografários Com Créditos entre R\$ 5.001,00 a R\$ 40.000,00, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;
- Início dos pagamentos pelas Recuperandas dos credores da Classe III - Credores Quirografários Com Créditos acima de R\$ 40.000,00, nos termos do Plano de Recuperação Judicial;

Sendo o que se cumpria reportar, apresenta-se este relatório das atividades do devedor.

Por fim, este administrador judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Maringá/PR, 30 de novembro de 2017.

MARCIO ROBERTO MARQUES
ADMINISTRADOR JUDICIAL
OAB/PR - nº 65.066



ANEXO I – ÍNDICES FINANCEIROS

Índices de Liquidez

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	Como podemos notar através da fórmula, seu cálculo é feito a partir dos direitos de curto prazo da empresa, como caixa, estoques, contas a receber e as dívidas de curto prazo, como empréstimos e financiamentos. Se o resultado do índice de liquidez corrente for > 1, significa que a empresa possui meios de honrar com suas obrigações de curto prazo, demonstrando uma folga no disponível. Se o resultado for = 1, significa que os direitos e obrigações de curto prazo são iguais. Já se o resultado for < 1, a empresa poderá apresentar problemas, pois suas disponibilidades são insuficientes para honrar com suas obrigações de curto prazo.
	Passivo Circulante	
O índice de liquidez corrente é o melhor indicador de solvência de curto prazo, pois revela a proteção dos credores em curto prazo por ativos, onde há uma expectativa que estes possam ser convertidos em dinheiro rapidamente.		
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	Como podemos notar através da fórmula, o índice de liquidez imediata exclui os estoques e contas a receber, tornando-se um índice de solvência de curtíssimo prazo da empresa. Sua interpretação é a mesma das anteriores, onde um índice acima de 1 é bom e abaixo de 1 é ruim.
	Passivo Circulante	
O índice de liquidez imediata é uma variação dos índices anteriores, porém, considera-se somente o quanto a empresa tem de dinheiro no curtíssimo prazo, como caixa, saldos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, como CDBs sem carência e fundos de investimentos com resgate de cotas de D+0.		
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	Ele indica que a cada R\$ 1 que a empresa tem de dívida, o quanto ela possui de direitos e haveres no ativo circulante e no realizável a longo prazo.
	Passivo Circulante + Não Circulante	
O índice de liquidez geral é um indicador de solvência tanto de curto prazo quanto de longo prazo.		



	INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Índice de Gestão de Ativo	Índice de giro de ativos fixos/imobilizado	Receitas	O índice de giro do ativo imobilizado indica quanto à empresa vendeu para cada R\$ 1,00 de investimento total. Quanto maior seu valor melhor, pois indica que a empresa é eficiente em usar seus ativos permanentes para gerar receita.
		Ativo Imobilizado	
	O índice de giro de ativos imobilizados mede a eficiência da empresa em relação ao uso de seu imobilizado. Ela indica como a empresa está usando seus ativos fixos, isto é, suas máquinas e equipamentos.		
	Índice de giro total de ativos	Receitas	Quanto maior for esse índice, melhor, pois indicará que a empresa utiliza bem o total de seus ativos, trazendo maior retorno sobre o capital investido. Em outras palavras, se a empresa apresentar um índice alto, ou maior do que a média do setor significará que ela gerou um volume suficiente de negócios, dado seu investimento total em ativos. Este é um índice muito importante, uma vez que indica se as operações, e consequentemente as receitas, foram ou não financeiramente eficientes. Caso a companhia apresente um índice baixo, ela terá que aumentar suas vendas e vender alguns ativos.
		Ativo	
	O índice de giro do total de ativos mede a eficiência com a qual a empresa utiliza todos seus ativos para gerar receitas. Ele indica o faturamento da empresa em comparação com o crescimento do ativo.		



INDICADORES FINANCEIROS		FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Índice de endividamento	Passivo Circulante + ELP	Ativo	O resultado da conta acima indicará quantos % de capital de terceiros a empresa possui. Quanto maior seu valor, maior a participação de capital de terceiros no financiamento das operações corporativas. Logo, os credores preferem índices de endividamento baixos, pois quanto menor for, maior será a proteção contra prejuízos em caso de falência da companhia.
O índice de endividamento, também chamado de índice de endividamento total, é a relação entre o total de ativos e o total de passivos. Descrito em porcentagem, ele mede o percentual de fundos gerados pelos passivos circulantes e dívidas de longo prazo.			
Índice de dívida/patrimônio	Passivo Circulante + ELP	Patrimônio Líquido	Quanto maior o índice, pior. Quanto mais alto ele for, maior será a participação de capital de terceiros na empresa, e, consequentemente, maior será a dívida da empresa.
O índice de dívida/patrimônio informa quanto de patrimônio líquido a empresa tem para cada R\$ 1 de dívida. Esse índice tem a mesma finalidade que o índice de endividamento, porém, mostrado em moeda e não em percentual.			



	INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Índice de Lcratividade e Rentabilidade	Margem de lucro líquido	Lucro Líquido	A margem líquida indica o percentual de ganho da companhia sobre suas vendas, após a dedução de todas as despesas, inclusive despesas com juros e imposto de renda. Por exemplo, a margem de lucro líquido de uma empresa pode ser de 9%. Mas para sabermos se essa margem está boa ou não, temos que comparar com outras empresas do mesmo ramo. Se esse valor for maior, temos uma empresa com vantagem competitiva perante seus concorrentes. Entretanto, se estiver abaixo, a empresa pode estar operando com ineficiência ou ter altas despesas com juros.
		Receita de Vendas	
	A margem de lucro líquido, também chamado de margem de lucro sobre as vendas ou simplesmente margem líquida mede o percentual de lucro líquido que a empresa conseguiu obter em relação ao seu faturamento. Ela é demonstrada em percentual.		
	Margem de lucro operacional	Lucro Operacional	Esse índice demonstra o ganho da empresa com suas operações, desconsiderando as despesas financeiras e impostos, sendo possível identificar se o problema da margem líquida está realmente ou não nas operações da companhia.
		Receita de Vendas	
	A margem de lucro operacional identifica o desempenho das operações de uma empresa antes do impacto das despesas com juros e imposto de renda, isto é, ela mede a eficiência operacional da companhia, identificando o quanto das receitas líquidas vieram das vendas e serviços de suas atividades operacionais.		
	Margem de lucro bruto	Lucro Bruto	A margem de lucro bruto indica o quanto a empresa está ganhando como resultado direto de suas atividades operacionais. Quanto maior for a margem bruta, maior será a rentabilidade das vendas.
		Receita Operacional Líquida	
	A margem de lucro bruto identifica a rentabilidade das vendas, após a dedução das despesas sobre vendas, como impostos sobre vendas, devoluções, abatimentos, custo dos produtos vendidos, entre outros.		
	Índice de receita operacional/total de ativos	Lucro Operacional	-
Ativo			
O índice de receita operacional mostra a capacidade de geração de receita operacional dos ativos de uma companhia antes dos impostos e alavancagem.			



Retorno sobre ativo total (ROA)	Lucro Líquido	Quanto maior for o rendimento da empresa sobre o total dos ativos, melhor, e quanto mais capitalizada a empresa for, menor será o ROA. Se uma empresa apresentar um baixo índice de retorno sobre o ativo total, sua capacidade de geração de receita operacional será insuficiente, ou ela está pagando altas despesas com juros. Para uma melhor interpretação do ROA, será necessário comparar com períodos passados, a fim de ver a evolução da empresa ao longo do tempo. Além disso, comparar o ROA com outras empresas do setor é fundamental a fim de descobrir se essa empresa apresenta uma vantagem competitiva perante seus concorrentes.
	Ativo	
O retorno sobre o ativo total (em inglês, Return on Asset – ROA) também conhecido como retorno sobre o investimento, mede o retorno sobre o ativo total depois de juros e impostos. Este índice é considerado um dos mais importantes, pois indica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos totais, representados pelo ativo total médio.		
Retorno sobre patrimônio líquido (ROE)	Lucro Líquido	O ROE também é considerado um índice muito importante, pois ele mede a capacidade de uma empresa de agregar valor a ela mesma utilizando recursos próprios, fazendo com que ela cresça usando somente aquilo que ela já tem. Assim como o ROA, é importante verificar a evolução do índice ao longo do tempo, além de comparar com o índice de outras empresas.
	Patrimônio Líquido	
O retorno sobre o patrimônio líquido (em inglês, Return n Equity – ROE), indica quanto de prêmio os acionistas e proprietários estão obtendo em relação aos seus investimentos na empresa, isto é, o patrimônio líquido.		
Grau de alavancagem financeira	ROE	Se o resultado for igual a 1, a alavancagem será zero, isto é, não há capital de terceiros na companhia, indicando um risco financeiro baixo. Se o resultado for maior do que 1, a alavancagem financeira será considerada boa, pois o retorno do ativo total será maior do que a remuneração paga ao capital de terceiros. Se o resultado for menor do que 1, a situação da empresa poderá ser ruim, indicando riscos financeiros e muita participação de capital de terceiros na companhia.
	ROA	
O grau de alavancagem financeira (GAF) é um importante indicador do grau de risco do qual a empresa está submetida, isto é, se há presença de capital de terceiros de longo prazo na estrutura de capital, identificando se a empresa está alavancada ou não.		

